

# FAMÍLIA PATRIARCAL ENTRE OS POBRES URBANOS?\*

Cynthia A. Sarti

Doutoranda, Depto. Antropologia/USP

---

## RESUMO

Este texto discute a contribuição da noção de família patriarcal, a partir da forma como Gilberto Freyre a construiu, para pensar a questão da moralidade familiar entre pobres urbanos. Dialogando com a produção recente sobre a família, (e embora estudos empíricos refutem a prática deste tipo de organização familiar nas camadas de baixa renda), argumenta com a atualidade e operacionalidade da noção de família patriarcal como modelo ideológico na análise das relações internas à família.

FAMÍLIA - MORALIDADE - CLASSE SOCIAL

## ABSTRACT

"PATRIARCHAL FAMILY" AMONG THE URBAN POOR? This paper discusses the contribution of the notion of patriarchal family as constructed by Gilberto Freyre in the 30's, to reflect on the issue of family morality among the urban poor. In a dialogue with recent literature on the family (and in spite of empirical studies that deny such family organization among lower strata), it stresses the contemporary and operational aspects of the notion as an ideological model for the analysis of family internal relationships.

---

\* Texto apresentado ao GT Família e Sociedade na 11ª Reunião Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro 1989.

A tentativa de utilizar a noção de família patriarcal para analisar os pobres urbanos sugere, de imediato, uma aparente incompatibilidade. Esta noção é fortemente conotada com as camadas dominantes da sociedade e parece inadequada, à primeira vista, para explicar os grupos subordinados. Estudos empíricos refutam a prática deste tipo de organização familiar, diante da alta incidência de famílias matrifocais nas camadas de baixa renda e questionam, ainda, sua legitimidade como modelo ideológico para toda a sociedade.

A intenção deste texto, ao contrário, é sugerir a contribuição da noção de família patriarcal para pensar os pobres urbanos, tendo em vista um problema específico, a moralidade familiar. Numa pesquisa como esta que inicio (para tese de doutorado a ser apresentada à USP), cujo tema são as regras não ditas e não explicitadas que moldam o cotidiano familiar, parece-me importante repensar a família patriarcal como um *modelo de autoridade*, referindo este modelo familiar ao quadro mais amplo de referências culturais dos pobres urbanos.

Penso em dois lados desta questão: em primeiro lugar, o legado da família patriarcal, o conhecido familismo brasileiro onipresente em nossas relações sociais. Interessa-me resgatar a idéia de que o modelo de autoridade patriarcal estende-se a outras esferas da vida social, além da família que lhe deu origem. Em segundo lugar, associado a este problema, considero o forte componente hierárquico que existe nas relações familiares (e sociais) das camadas de baixa renda.

Começo pela origem do conceito. Em sua revisão bibliográfica sobre a família, Fukui (1980) mostra que a expressão foi cunhada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1980), originalmente publicada em 1933.

Não tenho a intenção de comentar exaustivamente a obra de Gilberto Freyre. Pela sua abrangência, possibilita várias leituras. Basta pensar na variedade de aspectos analisados por seus críticos. Sua obra é provocante, pela originalidade e pela heterodoxia. Nos cientistas sociais, desperta uma apreensão, frequentemente mencionada por seus comentadores. Há o medo de deixar-se levar pelo fascínio do texto, como se isto implicasse perda de objetividade, como se escrever bem fosse um ardil de quem tem talento e o usa para distrair o leitor de seus desacertos, tão habituados que estamos ao desprazer do texto sociológico.

Pretendo aqui apenas rediscutir a noção de família patriarcal como um instrumento para analisar a família contemporânea, a partir da forma como Gilberto Freyre construiu esta noção, em *Casa Grande e Senzala* e em *Sobrados e Mocambos*, as duas obras onde focaliza a família.

Para Freyre, a família patriarcal, ambientada na casa grande (e na senzala), correspondia a um sistema social, econômico e político, sustentado, em cada um de seus aspectos, respectivamente pela escravidão, pelo latifúndio e pelo patriarcado rural. Em

*Sobrados e Mocambos* (obra que dá seqüência a *Casa Grande e Senzala*), publicada pela primeira vez em 1936, Gilberto Freyre mostra a decadência deste patriarcado rural que perde sua base de sustentação na escravidão e no latifúndio, perdendo também sua característica de autarquia, diante da emergência de um Brasil que se urbaniza, criando um novo elemento no sistema de relações sociais: a rua.

Mais uma vez usando o conectivo "e", sempre presente em suas análises, que reflete uma concepção do sistema social a partir de uma tensão permanente entre antagonismos e acomodações, Gilberto Freyre focaliza a relação dialética entre casa e rua<sup>1</sup>. À casa se opõe a rua, mas nem por isso desaparece o forte predomínio da ordem privada sobre a ordem pública, mesmo com a decadência do patriarcado rural. Não deixa de existir essa família patriarcal como forma de mediação entre mundo público e privado, como modelo de relações que se estendem para as novas esferas que vão sendo criadas com o processo de urbanização emergente.

No século XIX, o país se urbaniza em bases patriarcais. Criam-se as praças e os jardins para os homens (brancos), "... a mulher e o menino conservando-se dentro de casa, ou no fundo do sítio, quando muito na varanda, no postigo, no palanque do muro. Porque o menino que viesse empinar seu papagaio ou jogar seu pião no meio da rua virava moleque. A dona-de-casa que sáísse rua afora para fazer compras corria o risco de ser tomada por mulher pública" (Freyre, 1951, p.18). Gilberto Freyre mostrou com se criou a rua enquanto espaço marcado pela hierarquia de classe, de raça e de gênero. Conhecemos até hoje a ressonância desta ordem moral.

O tema do privatismo e do familismo brasileiro foi desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1963), publicado originalmente em 1936. Em sua controvertida análise do brasileiro como "homem cordial", Sérgio Buarque parte da idéia de que as relações que se criam na esfera doméstica, no núcleo familiar — relações de contatos "primários", de "sangue" e do "coração" — forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. "Permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal" (p.137). A cordialidade do brasileiro aparece como um modo de expressão que procede da esfera do privado, do íntimo, do "coração", por oposição ao convencionalismo social e à formalidade própria da esfera pública.

A questão das relações familiares como paradigma das relações sociais no Brasil foi retomada como problema contemporâneo por Roberto Da Matta (1985

1 Da Matta (1985) retoma esta perspectiva de análise, argumentando que "o segredo de uma interpretação correta do Brasil jaz na possibilidade de estudar aquilo que está 'entre' as coisas. Seria a partir dos conectivos e das conjunções que nós poderíamos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irreduzíveis" (p.21). Desenvolve essa perspectiva em texto posterior (Da Matta, 1986).

e 1987). O trabalho de Ovídio Abreu sobre parentesco e identidade social (1982) também segue esta linha. Este parece-me ser um legado fundamental da noção de família patriarcal presente nos estudos clássicos sobre a formação social brasileira, permitindo ainda sugestivas interpretações sobre práticas sociais recentes, na família e fora dela.

No que se refere às relações internas à família, enquanto núcleo privatizado, se a família patriarcal hoje não existe mais como um sistema "absorvente", nas palavras de Gilberto Freyre, se seu peso foi contrabalançado pelo desenvolvimento de instituições políticas e sociais, ela não deixou de existir como modelo de autoridade. A família patriarcal, baseada no princípio da autoridade do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, é parte integrante das representações sobre a família também entre os pobres urbanos, pelo menos em bairros da periferia das grandes cidades (Sarti, 1985), como comentarei adiante.

Nos estudos recentes sobre a família, a crítica a Gilberto Freyre diz respeito à inoperância de seu modelo para explicar historicamente a família brasileira, diante da diversidade empírica, concluindo pela ineficácia de um conceito genérico para explicar a sociedade como um todo (Samara, 1987). Segundo Correa (1981), as referências de *Casa Grande e Senzala* têm espaço e tempo definidos: os engenhos de açúcar pernambucanos nos séculos XVI e XVII e, nestes limites, está a sua validade. Correa estende o mesmo argumento ao trabalho de Antônio Cândido, (1951), *The Brazilian family*, que utiliza a noção de família patriarcal e tem como referência empírica as fazendas de café paulistas nos séculos XVIII e XIX.

Embora com base em diferentes argumentos, é genérica a crítica a Gilberto Freyre de que sua análise se restringe ao *domus* patriarcal, excluindo todos os setores sociais que vivem fora de seu âmbito. Essa crítica aparece, por exemplo, quando se focaliza a escravidão. Argumenta-se que a visão "paradisíaca" de Gilberto Freyre sobre o tratamento dado ao escravo brasileiro por seu senhor, relativamente a outros contextos de escravidão, deve-se a uma análise que privilegia o escravo doméstico, em detrimento do escravo do eito (Santos, 1985).

Antônio Cândido e Gilberto Freyre tomam como referência empírica as famílias que constituem estruturas dominantes, o que não significa dizer que ignorem a existência de formas não-patriarcais de organização doméstica, como lembrou Da Matta (1987). Este autor, a partir de Freyre e Cândido, ressalta, ao contrário, a importância do entendimento sociológico da diversidade, ancorada ou referida à "família patriarcal": "aquela capaz de manter agregados, realizando a ponte entre o mundo público e o universo privado, e agir como um grupo corporado (como uma pessoa jurídica indivisível), apesar de todas as suas diferenças internas" (p.118).

Para Freyre, a família patriarcal foi o principal elemento sociológico de unidade brasileira. Quando diz família patriarcal, refere-se ao "complexo" ou "sistema

patriarcal" "de família, de economia, de organização social, na forma patriarcal de habitação — a casa-grande completada simbolicamente pela senzala, o sobrado em oposição extremada ao mocambo, à palhoça ou ao rancho — e na forma patriarcal de devoção religiosa, de assistência social e de ação política" (1951, p.64). Se define o elemento sociológico dominante, isso não significa necessariamente que negue a variabilidade interna nas relações sociais.

Gilberto Freyre decididamente não escreveu a história dos dominados. Não escreveu sobre o escravo, a senzala, o mocambo (Santos, 1985). Mas nos disse muito sobre a relação entre dominante e dominado. Analisou dialeticamente relações. Daí a recorrência do conectivo "e" em seus escritos. Mostrou como se constrói um padrão de dominação, em que bases se assenta e qual a extensão destas formas de dominação: o *domus* patriarcal como um "sistema", como um "complexo". Mais do que a história dos dominantes, sua história é a da dominação.

Longe de usar conceitos bipolares que negam as contradições históricas, parece-me que Gilberto Freyre, ao insistir no conectivo, abriu um caminho importante para pensar como se instaurou no Brasil a dominação patriarcal também enquanto um mecanismo de acomodação de antagonismos, revelando como o tecido social se impregnou de relações sociais autoritárias, do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, de ambos sobre o menino e a menina, da branca sobre a negra. Relações cujos conflitos são atenuados por relações personalizadas, como mostrou com muito menos condescendência Sérgio Buarque de Holanda (1963), ou resolvidos com "jeitinho" ou pelo "favor" analisado por Roberto Schwarz (1977).

O caminho metodológico que parte do conectivo, concebendo os fenômenos sociais enquanto relações que envolvem acomodações e antagonismos, tem sua raiz em Gilberto Freyre e tem sido reiteradamente afirmado, nos estudos contemporâneos, por Roberto Da Matta (1985 e 1986), atentando para as compensações, as ambigüidades, os interstícios e as relações intermediárias que regulam as oposições básicas em nossa sociedade. Contribui no sentido de dar pistas para pensar a questão da mudança e da persistência de padrões de autoridade na família, enquanto relações que envolvem conflitos, acomodações, compensações e sobretudo muita ambigüidade, em face da coexistência de padrões distintos e às vezes opostos.

A atualidade e a operacionalidade da noção de família patriarcal para os estudos contemporâneos (refiro-me aos estudos sobre o presente) parece-me residir em dois pontos. Um diz respeito ao fato de que a construção dessa noção como um sistema social amplo permitiu a compreensão do privatismo que impera nas relações sociais brasileiras. Permitiu pensar a família como "valor" (Da Matta, 1987). Tornou possível ver o Brasil como um país onde as instituições políticas e sociais são permeadas por relações pessoais, de base familista patriarcal. Um país onde as relações são pautadas por duas ordens de identidade, uma legal, burocrática, impessoal, entrecruzando-se

com outra familista, pessoal, instituindo práticas autoritárias que fazem pairar sobre nosso cotidiano a sombra do senhor de engenho.

Outra questão refere-se à família patriarcal enquanto modelo ideológico na análise das relações internas à família. A diversidade nas formas de organização familiar não significa que o modelo dominante não tenha força como paradigma social que se impõe para toda a população. Seria cair no empirismo mais rasteiro acreditar que é necessário ver para crer (Da Matta, 1987). Essa perspectiva inviabiliza uma pesquisa como a que pretendo fazer, cujo tema é a moralidade que, por definição, não tem qualquer visibilidade neste sentido "fisiológico" de ver. A questão aqui é interpretar, com os olhos e os outros sentidos...

A confusão e a polêmica em torno do modelo familiar patriarcal parece residir na imprecisão com que se utiliza a noção de modelo.

A argumentação de Durham (1982) ajuda a esclarecer o problema. A autora atribui ao termo família uma dupla referência. De um lado, refere-se a grupos sociais concretos, empiricamente delimitáveis e reconhecidos como tal pelos seus membros e pela sociedade. De outro, a regras, paixões, enfim, a modelos culturais. Lembra a distinção de Geertz (1978), no capítulo sobre "A religião como sistema cultural", definindo um duplo sentido do termo modelo, um sentido "de" e um sentido "para". No primeiro caso, trata-se de uma representação simbólica de ordenações que existem na vida social (modelos "da" realidade) e, no segundo, o modelo existe para ordenar e orientar a conduta social (modelos "para" a realidade). Assim, enquanto modelos, as famílias são, em primeiro lugar, mutáveis e, em segundo, são "construções sintéticas nas quais a realidade social jamais cabe por inteiro". Por isso, "a existência empiricamente constatada de inúmeras exceções ao modelo cultural vigente não pode ser imediatamente interpretada como contestação ou alteração dos padrões culturais; pode representar apenas sua aplicação maleável, para permitir a solução de problemas diversos" (p.33).

Como modelo, portanto, a família patriarcal não tem correspondência empírica imediata. Ela existe enquanto representação e enquanto norma, para ordenar o que poderia ser ordenado de outra maneira. Interessa-me resgatar a noção de família patriarcal como um modelo de autoridade moral. Nesse sentido, meus argumentos aproximam-se dos de Almeida et al. (1987)<sup>2</sup>, que propõem pensar o modelo de Gilberto Freyre enquanto uma ética que envolve o conjunto das relações familiares. É possível, assim, pensá-lo como uma representação de família enquanto grupo hierárquico, neste duplo sentido de norma e representação. "Isto permite que pensemos o modelo de família patriarcal como uma estrutura de relações entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado e assim por diante" (p.16).

Resta refletir particularmente o que isto tem a ver com os pobres urbanos. Partindo do pressuposto de que as relações familiares entre os pobres urbanos são marcadas pela idéia de hierarquia e de reciprocidade (Sarti, 1985), parece-me que o modelo de autoridade proposto pela noção de família patriarcal é um elemento constitutivo da representação dos pobres sobre a família; e sugiro como hipótese que este modelo se estende a outras representações (do trabalho e de outras relações hierárquicas vividas cotidianamente pelos pobres urbanos).

A contribuição da noção de família patriarcal parece residir na possibilidade de construir um modelo de explicação que articule o micro e o macro, o público e o privado, as relações internas e o mundo exterior à família. Isto porque esta noção contém uma idéia de autoridade que configura uma forma de mediação entre o privado e o público.

Se a autoridade incontestável do patriarca fazia coincidir autoridade privada e poder político na tradição política brasileira, e se isto marcou a emergência das instituições políticas no Brasil, fazendo os donos do poder, pode-se pensar, hoje, essa autoridade consubstanciada no homem em nosso padrão cultural, a partir da maneira como se configura esta relação da família com a esfera pública mais ampla no Brasil. Considero fundamental pensar aqui a marca de classe da família pobre urbana, num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos de educação, previdência, saúde, amparo à velhice, à criança etc. Por isso mesmo a família, com suas relações hierárquicas e de reciprocidade, continua sendo um meio de vida, trazendo a marca da uma autoridade de base patriarcal, privatista.

Acredito haver outras contribuições na obra de Gilberto Freyre para os estudos da família contemporânea. O tão criticado elemento nostálgico de Gilberto Freyre em relação ao passado colonial contém também a possibilidade de uma história tão "íntima". Porque há paixão, há um mergulho fundo, uma perspectiva de dentro, que o fez abordar a sociedade brasileira "a partir de categorias nativas, não a partir de pressupostos teóricos mal assimilados", como disse Roberto Da Matta (1987a); uma sociologia que incorporou os olhos e os ouvidos (e os demais sentidos) no exercício de sua atividade crítica, como disse Gilberto Vasconcelos (1982 e 1987). E, ainda, a maneira escancarada com que Gilberto Freyre desnudou o interior da família, falando da relação entre o homem e a mulher com uma transparência inusitada na Sociologia.

2 Almeida, Gonçalves e Carneiro organizaram um seminário sobre família no Rio de Janeiro em 1985, parcialmente publicado (Almeida et al., 1987), onde se rediscutiu a família patriarcal. Esta discussão reflete-se sobretudo na introdução à coletânea e nos artigos de Almeida e de Da Matta. A crítica a Gilberto Freyre está no artigo de Samara, na mesma coletânea. Para comentários sobre este seminário, ver as resenhas ao livro feitas por Fonseca (1988) e por Bruschini (1988).

Fernando H. Cardoso, num comentário a *Casa Grande e Senzala* (Cardoso, 1978), fala da estrutura de mito que tem o livro. É, segundo ele, a-temporal. Representa a idéia mitificada que temos de nós mesmos, necessária, portanto, à nossa identidade nacio-

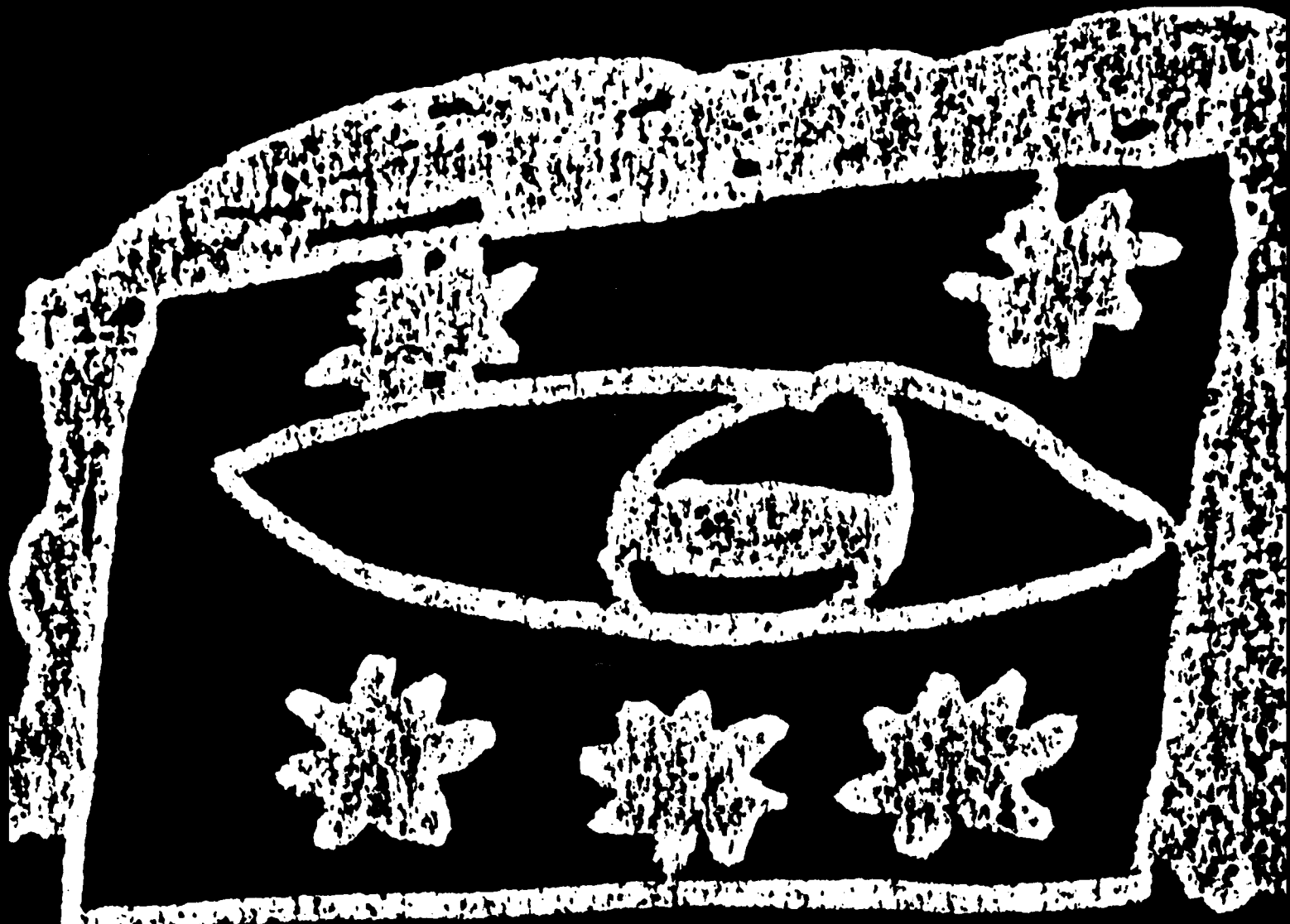
nal. Para ele, o lado inaceitável do livro é, de certa maneira, "nosso" lado inaceitável. O livro nos coloca assim diante do problema de saber o quanto de verdade somos capazes de suportar sobre nós mesmos.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABREU, Ovídio. Parentesco e identidade social. In: ANUÁRIO Antropológico/1980. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1982. p.95-118.
- ALMEIDA, Angela M. et al. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. da UFRJ, 1987. p.13-21.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a família no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. da UFRJ, 1987. p.53-66.
- BRUSCHINI, Cristina. Resenha [Pensando a família no Brasil]. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.64, p.67-70, fev.1988.
- CÂNDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, L., MARCHANT, A. (eds.) *Brazil, portrait of half a continent*. Nova Iorque: Dryden, 1951. p.291-312.
- CARDOSO, Fernando H. À espera de "Grande indústria e favela". *Senhor Vogue*, Rio de Janeiro, p.115-7, 1978.
- CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.37, p.5-16, maio 1981.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela (org.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. da UFRJ, 1987a. p.115-36.
- \_\_\_\_\_. A originalidade de Gilberto Freyre. *BIB*, Rio de Janeiro, n.24, p.3-10, 2ª sem.1987b.
- \_\_\_\_\_. *Para uma antropologia da tradição brasileira: (ou a virtude está no meio)*. Washington, D.C. (EUA), 1986. mimeo. [Comun. apres. à Conf. Latin America: paths toward ideological reconstruction, org. pelo Latin American Program, Woodrow Wilson International Center for Scholars]
- DURHAM, Eunice. Família e casamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 3. *Anais...* Vitória: ABEP, 1982. p.31-49.
- FONSECA, Cláudia. Resenha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.8, n.3, p.86-7, out.1988.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 20.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL/MEC, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- FUKUI, Lia. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n.10, p.13-23, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 4.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.
- SAMARA, Eni de M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela (org.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. da UFRJ, 1987. p.25-36.
- SANTOS, Luiz A. C. A casa grande e o sobrado na obra de Gilberto Freyre. In: ANUÁRIO Antropológico/1983. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1985. p.73-102.
- SARTI, Cynthia A. *É sina que a gente traz: ser mulher na periferia urbana*. São Paulo, 1985. Dissert. (mestr.) Ciências Sociais/USP.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. Cap. As idéias fora do lugar.
- VASCONCELOS, Gilberto. Gilberto Freyre: a paixão pela terra que a USP reprovou. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Cad. de Programas e Leituras, 24 abr.1982.
- \_\_\_\_\_. *O xará de Apipucos*. São Paulo: Max Limonad, 1987.
-



BRASIL

BRASIL